

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA - CT-FLOR

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de dois mil e dezesseis, foi iniciada a quinta reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água, ocorrida na Sala de reunião do CENTRE/IBAMA em Brasília-DF. O Coordenador CT-FLOR, iniciou a reunião com apresentação de informes: Convite para participação da Câmara Técnica –CT-FLOR para a FUNAI e ao ICMBio. O Ibama informa sobre a Cláusula 162, onde foi solicitado que a fundação fizesse um diagnóstico sobre os viveiros e esta solicitação foi aprovada pelo CIF.

O Coordenador da CT-FLOR apresentou a pauta da reunião aos presentes, com repasse das informações da última reunião do CIF e das demais CT's; Apresentação das complementações à Nota Técnica anteriormente encaminhada ao CIF em relação a Cláusula 161, para incorporar o modelo do Cultivando Água Boa – Avaliação proposta final; Apresentação do IEF sobre o cenário de execução do CAR, na área ambiental 1, para definição da melhor estratégia para implementação da Cláusula 183; Informes sobre a Operação Águas; Apresentação do CBH-Rio Doce sobre a proposta para recuperação das nascentes cadastradas na bacia hidrográfica do Rio Doce, conforme o definido pela Cláusula 163; Apresentação para discussão e aprovação do TR para definição de critérios de priorização para recuperação de áreas degradadas (Cláusula 161), a partir das observações e contribuições dos membros da CT-FLOR.

Ibama informa que a Cláusula 158 será discutida ao final da reunião. Em seguida, foram feitas apresentações dos presentes: Representante da Prefeitura de Governador Valadares-MG - Luciane Teixeira Martins; Representante da Prefeitura de Mariana – MG –Rodrigo Henrique Carvalho Carneiro; Agência Nacional de Águas- Devanir Garcia dos Santos; MMA/SBF/DECO - Carlos Scaramuzza, Otávio Gadiani Ferrarini, e Andre Vitor Fleuri Jardim; CGAUF/DBFLO/IBAMA - Yalmo Correia Junior, Vicente F.D.B Gulli, Alberto Souza de Araújo Junior, André Socrates, Gustavo Bediaga e Sara Quízia Mota; Representante do Cultivando Água Boa-Jair Kotz; Instituto Estadual de Meio Ambiente-ES- Frederico Pereira Pinto; e CBH-Doce - Jaeder Lopes Viera.

O Coordenador da CT-FLOR solicita aos presentes, que se manifestem sobre a ata da 4ª reunião da CT-FLOR.

Encaminhamento: Aprovação pelos presentes da ata da 4ª reunião da CT-FLOR.

André Sócrates, faz destaque da reunião do CIF, informando sobre o que foi apresentado na reunião do CIF, sobre dois programas que não estavam aderentes a CT-FLOR: Gerenciamento de planos e programas e Comunicação Nacional e Internacional.

Encaminhamento: O CIF deliberou em sua reunião ordinária por meio da Deliberação nº 15 as alterações necessárias as competências da CT-Flor. Secretaria de Governo ficará com a responsabilidade do Programa de Comunicação e o Programa de Gerenciamento, ficou sobre a responsabilidade da Secretaria executiva do CIF, porém compartilhada com as outras Câmaras Técnicas e a CT-FLOR ficou como ponto focal no CIF.

A Samarco encaminhou projeto da página web. O Ibama enviou a CGMAN para avaliação, por não ter expertise na CGFAU para esta análise. Após conclusão da análise será encaminhado ao CIF para deliberação.

André informa que na reunião da Câmara Técnica de Rejeito, que foram identificados 16 trechos que tratam de recuperação de tributários, especialmente os pertinentes a operação ÁUGIAS. A Samarco apresentou apenas recuperação de contenção, sem considerar possível remoção de rejeitos.

Encaminhamento: reunião conjunta entre CT-FLOR e CT-Rejeito, sobre os 2.000 hectares, priorizados pelos 16 trechos, localizados nas planícies de inundação. O IBAMA deverá fazer análise dos programas apresentados pela Samarco e envia-los posteriormente aos componentes do CIF.

Representante de Mariana-MG, informou que a não participação na vistoria se deu por que os pontos focais estavam de férias, encaminhará a CT-FLOR os contatos telefônicos para que isso não se repita.

André informa que a CT-Segurança Hídrica está reunida hoje (05/08) para discutir plano de monitoramento. A CT-FLOR enviou um representante para apresentar as sugestões ao Plano, a saber: 3 pontos: a montante, no meio e a

jusante e 2 pontos onde houve retificação dos cursos d'água.

Ibama fez a proposta de realização de uma reunião sobre geoquímica, realização de um seminário, reunião sobre rejeitos e após essas reuniões, uma reunião entre as câmaras técnicas.

André sugere que a próxima reunião da CT-FLOR seja em Barra Longa-MG, para que os que não participaram antes possam ir.

O Próximo ponto de pauta complementação da nota técnica anteriormente encaminhada ao CIF, em relação a Cláusula 161.

A representante Prefeitura de Gov. Valadares-ES apresenta proposta para levar ao CIF: Requer que após as eleições municipais, o CIF faça reunião com os novos prefeitos eleitos, para mantê-los informados sobre as ações que estão sendo realizadas.

Encaminhamento: A proposta deverá ser apresentada pelo CBH-Doce ao CIF.

Registra-se a chegada dos participantes da Câmara Técnica, na SUPES/MG por videoconferência, Juliana; Gustavo; Mariana; Fernando Remo; Marina Camolesi todos representantes do IEF.

A Coordenação da CT-FLOR apresenta a sugestão do Jair, de adequação do cultivando água boa como modelo a ser executado pela CT-FLOR. Na reunião da CT-FLOR em julho/16 ficou deliberado protelar essa decisão a fim de que fosse avaliada as interfaces do modelo proposto com o programa Cultivando Água Boa, e Produtor de água. O programa cultivando água boa, transcende o que é responsabilidade da CT-FLOR. André pede a Devanir e Jair ajudar na apresentação e solicita que os participantes acrescentem as contribuições necessárias.

Apresentação começa com um quadro dividido em duas partes: A primeira trata da mobilização antes de chegar a comunidade e a segunda da metodologia de mobilização no território junto a comunidade. Esse quadro também apresenta as adequações que serão discutidas passo por passo, com comentários do representante do Cultivando Água Boa.

Encaminhamento: Na mobilização para capacitação antes de chegar a comunidade: retirada do passo 2 e 3 e apenas o Passo 1 deverá fazer parte deste escopo.

Jair ressalta a necessidade de definição das lideranças da comunidade. E estabelecer o conjunto de ações que envolve a participação coletiva, que levará a “licença social” de forma obter o “de acordo da comunidade”. Esse conjunto de estratégias serão desenvolvidas no passo 1.

Jair ressalta a participação dos atores locais a nível municipal, da articulação dos comitês, que devem estar capacitados para praticar o modelo. Que os atores locais devem ser parte executora do modelo, para que ele permaneça.

A representante do ES, pergunta se será realizado em cada município ou será definido por território. Jair responde que será território dentro da sub-bacia, das quais os municípios fazem parte. A representante do ES insiste que as reuniões sejam feitas pelos CBH's locais.

Encaminhamento: Metodologia de mobilização no território junto à comunidade, fundir o passo 1 e o 3, com foco nas instituições locais (Prefeituras, comitês, procuradorias etc). Essa mobilização poderá ser realizada pelos comitês locais (CBH), assim como a capacitação de equipe técnica.

4º Passo. Jair fala que é importante que os atores entendam e ratifiquem a metodologia. Bediaga esclarece que as oficinas estão previstas no TR de definição de Áreas prioritárias.

Encaminhamento: Focar na preparação dos CBH's locais, para cumprir seu papel, no processo de capacitação, com o envolvimento de outros atores e formação de subcomitês temáticos.

Jair ressalta que a Fundação deve fazer parte dessa construção coletiva e que a vantagem é que a região do Rio Doce, está organizado com os comitês de bacia. O comitê gestor local, o tecido social, devem sentar para discutir as ações. André diz que não sabe se todos estão incluídos. Devanir diz que o Comitê deve agregar esses atores.

André pergunta qual o papel preponderante dos comitês gestor local? Jair diz que esse comitê ratifica, legitima e acompanha a execução e o monitoramento, serve como controle social. ES, diz que o grupo tem que ser subsidiado tecnicamente. Devanir diz que o comitê local tem a responsabilidade de dar legitimidade, e deve ser apoiado pela equipe contratada pela Fundação que deve dizer quais são as demandas a serem executadas.

Jair pede esclarecimentos sobre como as áreas prioritárias dialogam com as outras câmaras técnicas e com o programa. André informa que a CT-FLOR, encaminha às outras CT's, as ações que não fazem parte da CT-FLOR, como por exemplo a de mobilização social. André ressalta que são duas capacitações diferentes. A primeira é a capacitação da equipe local pela Fundação para execução de sua força de trabalho e segunda é a capacitação para mobilização de responsabilidade dos comitês locais.

André informa que será elaborada uma NT final, sobre a adequação desse modelo para o Programa da CT-FLOR encaminhada ao CIF. Sugere que todos os participantes assinem. Uma vez fechada a proposta e adequado os encaminhamentos, fecha-se a NT. Bediaga lembra do prazo de encaminhamento ao CIF, que a NT deve ser enviada com uma semana de antecedência a reunião do CIF.

Devanir diz que a ferramenta proposta tem amplitude maior, isso não quer dizer que vamos executar todas, mas alguém tem que o faça-lo e o CIF tem que considerar isso. A representante do ES, diz que devem estar acontecendo várias coisas ao mesmo tempo.

Representante de Mariana ressaltar que é importante, pois a restauração não vai ter resultado se não levar em conta outros conjuntos de ações feitas pela Fundação. Bediaga esclarece que se ficar focado no reflorestamento vai se perder outras relações que devem ser levadas em conta para compartilhar responsabilidades.

A representante ES, pede que se leve em consideração a criação de comitê/GT para tratar desses assuntos que deverá articular com o CBH para fazer essa mobilização, estão se organizado em subcomitês, e deverá saber como se lida com a organização já existente

Encaminhamento: Proposta de retirada do Passo 5 e 6, devido já está contemplada no TR, sobre critérios para priorização de áreas para recuperação.

André ressalta que, na construção da metodologia geral não se utilize o nome específico constante nos programas, mas ressaltar que está mesclando e adequando a metodologia para após adequação ser uma metodologia específica para uso do Programa de Restauração Florestal.

Encaminhamento: Fundir em ação única o passo 7 e 8 e mudar a nomenclatura dos métodos de abordagem nas oficinas de mobilização como “muro das lamentações” para “árvore dos problemas”. Jair explica que o tema “caminho adiante”, faz parte da Carta da Terra. A “árvore da esperança”, é a simbologia, a imaginação dos participantes do que eles pretendem do futuro.

Representante do ES, solicita que cite no texto, também, que foi utilizada metodologia dos programas hidro ambiental utilizado pelos comitês de bacia local.

Devanir ressalta que o papel principal do Comitê é de articulação, identificação e mobilização com os atores locais e passar as CT's e que depois levado para o CIF. É assim que está especificado no TTAC. Representante do ES, diz que a Fundação deve acompanhar as discussões. Devanir reitera que tem sempre que pensar dentro das CT's, pois quem articula com a Fundação é o CIF.

ES informa que convidou André para participar de reunião do CBH em Governador Valadares e explicar para todos o que está acontecendo. André confirma sua participação na referida reunião.

Registrando a presença de Carlos Scaramuzza, diretor da Secretaria de Biodiversidade - MMA. André agradece a presença do MMA e sua participação para construção de políticas e metodologias para aplicação no Rio doce. MMA agradece e ressalta que viu uma boa oportunidade para colaboração nesse processo.

Bediaga diz que estamos com 2 cenários: o ideal que é fazer a mobilização levando em conta todos os preceitos do TTCA e o cenário atual, mobilização específica para os 40.000ha que devem ser recuperados. Ressalta que nas

oficinas tenham o enfoque de discutir Restauração Florestal. Jair diz que se não conseguir, num primeiro momento, vai dar mais peso a resiliência da bacia dentro do enfoque de Restauração Florestal e Produção de água.

MMA, informa sobre experiências bem-sucedidas, que a restauração anda de mãos dadas com outras ações. Essas ações têm que vir integrada com outras agendas. Sozinha não acontece. Tem que falar conservação de solo, melhoria de sistema produtivo.

André ressalta que modelo tem que ser bem elaborado e discutido, conversado e estabelecido os critérios. E tudo passará por análise da CT-FLOR.

Encaminhamento: Os passos 9 e 10 devem permanecer pois é onde entra o atendimento de todas as demandas que aparecem. Nessa hora o comitê gestor tem tempo de fazer as reuniões com as políticas públicas e CT's, para ver como será implementada as ações e é o momento de selar o Pacto entre todos, e entre eles é os técnicos que estão levando esse acordo.

MMA, diz que tem que levar em consideração o Pacto da restauração da mata atlântica. Que há uma plataforma pronta, com as metodologias. André sugere que se faça uma apresentação, pois há a ferramenta do Reflorestar e poderá ser feito ajustes e integração entre as plataformas.

Devanir coloca sua preocupação sobre o acidente, que irá fazer um ano em novembro. Sugere que a CT reserve espaço, na próxima reunião do CIF um espaço para a proposta se identifique uma sub-bacia para fazer um evento mais específico. Sugere a área 1 para dar uma visão de projeto, realizar discussão e ações para conversar com produtores. Que se dispõe a fazer essa pesquisa sobre o local.

André diz que é imprescindível que os participantes do CT-FLOR, falem com os representantes que tem voto no CIF, para levar as discussões que estamos tendo da CTs.

O representante de Mariana mostra preocupação com o período de chuva e ainda não foi realizado nada, nem uma ação e o rejeito vai ser carregado novamente para o rio.

Bediaga lembra que toda ação realizada sairá do dinheiro da Fundação. Devanir diz que esse exercício envolve as instituições locais, sem precisar da Fundação e pede que cada um identifique o que poderá fazer dentro das instituições locais (municípios). MMA acha importante avançar, como um simbolismo, para tentar realizar essa ação em uma pequena área.

Sugestão do MMA para fazer um balanço dos critérios nesse primeiro momento, um local onde tenha maior mobilização social como melhor potencial de sucesso., André lembra que são 3 critérios: mapa vulnerabilidade, ações de recuperação e mananciais alternativo. Unir a esses critérios onde há mobilização social e escolher um manancial onde tenha mobilização na área 1.

Encaminhamento: Levar essa proposta ao CIF para aprovação, escolher o local e posteriormente fazer a mobilização onde será realizada essa ação.

Yalmo propõe realizar de um Projeto Piloto na área 1, levando em consideração os critérios. Todos os presentes concordam em fazer esse projeto piloto.

O MMA sugere encaminhar Ofício da CT-FLOR para agilizar a reformulação da IN 56/MAPA, que vai consultar os colegas dos MPA. CT-FLOR ficará aguardando essa resposta

Encaminhamento: Encaminhar Ofício da CT_FLOR ao CIF solicitando que encaminhe Ofício ao MAPA sobre o assunto reformulação da IN 56/MAPA.

Apresentação do IEF sobre Cenário de Execução do CAR na área ambiental- Cláusula 183.

Bediaga explica que essa clausula é sobre fomentar o CAR na área afetada, e que o responsável pela Implantação na área fizesse uma apresentação na reunião do CT-FLOR.

O IEF: começa informando que primeiro foi realizado um diagnóstico de todos os imóveis cadastrados na área 1. Total de 1.247,5 imóveis cadastrados na área 1. A área 1 foi dividida m setores: oeste, centro e leste.

Verificou-se já havia nesse cadastro informações ambientais.

Há 2,23 hectares de App declarada; 436,30 hectares de áreas consolidadas; 121,80 hectares de reserva legal, 41,40 hectares de áreas de servidão, Vegetação nativa 266,30 hectares, áreas dos imóveis 1.247,50. Ainda tem 800 hectares que devem ser cadastrados na área 1.

Foi realizado treinamento para os 10 técnicos da SAMARCO, indicados no Programa de Regularização Ambiental – PRA, sobre o preenchimento do CAR, para que realizem cadastros faltantes na área ambiental 1; análise dos cadastros e validação; recuperação dos passivos.

Ajustes dos cadastros, (1240ha) com a realidade do CAR, realizado pelos técnicos que foram treinados.

Espera-se começar em 2017 com a análise dos cadastros e colocar Área Ambiental 1 como área prioritária para realização o cadastro. O SFB, apresentará o sistema de monitoramento.

Num primeiro momento deverá rodar informações colhidas e saber o que se tem de informações na área ambiental 1, antes de realizar as análises, será feito o cruzamento das informações. Gustavo IEF, encerra a apresentação e diz que o desafio é grande para realização do CAR dentro do estado e que o IEF fez parcerias com todos os envolvidos para essa realização. No PRA deverá acontecer o mesmo para ser implementado.

MMA tem dois pontos a considerar: 1º ponto. Achou que o sucesso está associado com a implantação do CAR e do PRA. Isso deve ser prioridade 1, com prazos menores dos que já estão cadastrados para validação até final do ano. E pergunta o que se poderá fazer para ajudar o estado a realizar. 2º ponto, a característica da área 1 é linear. Dar prioridade a conectividade nos obriga a uma análise das microbacias atingidas.

Gustavo/IEF, diz que não tem condição de fazer as análises pois o módulo não foi repassado pelo Governo Federal. Pede a CT-FLOR a formalização para IEF, solicitado aceleração do Processo.

Encaminhamento: Enviar ao CIF solicitação de Ofício para SBF e a Diretoria do IEF, para que seja priorizado no Governo de MG a implementação do CAR..

André explica que Samarco tem ação de plantio de braquiária nas áreas consolidada e estas estão sendo plantadas até a beira dos rios. Não se sabe de fato se é área de uso consolidado.

Devanir, diz que áreas devem ser mantidas desde que levem a consideração o manejo da área. André diz que a App mínima tem que ser levada em consideração.

MMMA, diz que por princípio de precaução não pode se realizar esse tipo de intervenção. André pede que se saia com uma proposta.

Bediaga diz que precisa avaliar se é área consolidada ou não. Diz que vai apresentar essa preocupação na Operação Augias. MMA, diz que seria necessário IEF vir a Brasília e resolver essa situação com o SFB. André sugere trazer SBF para CTs.

André sente falta na apresentação, das dificuldades que foram encontradas durante o cadastramento.

Gustavo/IEF diz que são réu no processo e tem que ter cuidado na hora de fazer as ações. A Samarco fez termo de acordo com EMATER para implantação do CAR. Demanda de treinamento veio da EMATER, por meio da SEMAD. É importante ter alinhamento com a CT-FLOR.

Quanto aos gargalos, a dificuldade é nas análises. Diz que estão participando da construção do PRA, e estão discutindo isso conjuntamente. Dificuldade de enxergar na análise o que já foi realizado. As mesmas instituições que fizeram o CAR, devem participar das análises. Informa que em trinta dias deverá ter condições de definir tecnicamente como os PRA's devem acontecer.

Jair pergunta como a população reage quando os técnicos da Samarco chegam as propriedades para preencher o CAR. Será que não há conflitos entre alguém que causou o acidente e vai até a sua propriedade ver se a propriedade está adequada ambientalmente?

Gustavo diz que a nova lei código florestal, trouxe benefícios e isso facilitou na aceitação pelo produtor. Não sabe

se terá conflito com a Samarco pois foram treinados e não foram realizar o cadastramento, mas a EMATER vai acompanhar esse processo. Juliana/ IEF: diz que há relatos que os técnicos não conseguem entrar nas propriedades.

MMA diz que a presença de uma pessoa local deve facilitar a execução dessa atividade. Processo de construção de confiança. Bediaga diz que Samarco poderá terceirizar esse trabalho.

Encaminhamento: Seja apresentado cronograma até o final de 2016, para atendimento do cadastro faltante e ajustes dos cadastros já realizados. Encaminhe ao CIF, que área 1 é uma área prioritária para o SBF. CIF oficie o IEF para que trate como prioritária implementação do CAR na área 1.

Sugestão para que o CIF adote como uma deliberação as adequações do cultivando água boa.

Encerramento da Parte da Manhã, 12:41 hs.

Início da reunião as 14:08hs com apresentação do Bediaga sobre a Operação Águas, informando sobre a última vistoria Fase II-Argos, onde participaram diversas instituições governamentais (IEF, SEMAD, SUPRAM, IBAMA) e UFV. Informa que a equipe da rede globo acompanhou a equipe para produzir um programa de aniversário de 1 ano do acidente (profissão repórter).

As instituições avaliaram que a vistoria proporcionou intercâmbio técnico institucional; aprimoramento da do relatório de vistoria de campo; fortaleceu as relações interinstitucionais.

Principais resultados da avaliação da vistoria: 1) deve-se atentar para o entorno, para toda bacia de drenagem (uso do solo, estradas); 2) material depositado é instável, exige intervenções imediatas de contenção e drenagem, necessárias para iniciar os ciclos biogeoquímicos e necessária para abrigar a vegetação; 3) situação das lagoas naturais e artificiais (lagoas de garimpo); 4) avaliação da granulometria-instalação de ombreiras (berma); retificação de curso d'água, colocação da biomanta; 5) Agronegócio X questão ambiental (cercas, app, retirada da semeadura, incorporação do solo de empréstimo). Intervenção nas áreas semeadas para preparar o solo para plantação de braquiária; solo de empréstimo de área de rejeito é uma das técnicas para recuperação de área degradada, no entanto, estão retirando perfil arenoso do solo. Não comunicaram aos órgãos ambientais.

Yalmo diz que o CAR é importante para definir essa questão das áreas consolidadas. Paralelamente fazer gestão junto ao SBF, definir que se deixe uma área de pelo menos 5 metros de app.

Mariana/IEF ressalta a importância de fazer mobilização junto aos proprietários, para ficar bem claro o que se quer dentro dos objetivos do órgão ambiental e dos proprietários.

Rodrigo/Mariana-MG, diz que se faça um documento para estabelecer essas áreas.

MMA sugere que nas ações emergenciais que beneficia o proprietário, o técnico que vai fazer as intervenções, deve usar o artigo 61-A do código florestal e deixar as áreas definidas de acordo com cada módulo fiscal da propriedade.

Encaminhamento: recomendação dentro da CT_FLOR, para ser deliberado no CIF, que recomende a Samarco que na reconstituição da atividade agrícola, seja observar o artigo 61-A do código florestal, para áreas de APP dentro da propriedade particular.

Bediaga informa sobre os próximos passos de monitoramento: incorporar sugestão para o relatório padrão; monitorar os tributários; verificar o cumprimento das recomendações fase hélios; avaliar recuperação áreas agrícolas; avaliar trechos da calha principal; iniciar discussão sobre recuperação florestal.

Mariana/IEF quer saber sobre a recuperação, se já está sendo realizada? Gustavo diz que primeiro é a contenção de rejeito e ainda não estão fazendo restauração florestal.

Jose Pires/IEF, diz que a Samarco pediu autorização de construção dos diques, a preocupação é focar nos tributários, que o material só seria carreado se aumentasse o fluxo de água. Como retificaram o rio, a água corre com mais velocidade, podendo carrear material. Bediaga diz que estamos alinhados (IEF/Ibama), por que começamos com os tributários e depois a calha principal. O monitoramento nos tributários continua. Informa que fará nova vistoria no mês de setembro ainda.

Yalmo mostra preocupação com as estradas vicinais.

Apresentação do CBH-Doce-Clausula 163 - Luciene apresenta como será trabalhado a questão das 500 nascentes. Comitê de Integração CBH-Doce e outro comitê formado pelos afluentes. Lembrar que o recurso é da cobrança pelo uso da água.

Apresenta o que está ocorrendo em cada área: UGRH 1- piranga, 51 municípios; 13 municípios -Programas hidro ambientais; UGRH 2-Piracicaba- 14 municípios saneamento, 21 municípios programas hidro ambiental. UGRH Santo Antonio-4 municípios saneamento, 13 hidro ambiental.

UGRH Suaçuí- 36 municípios saneamento, 14 municípios hidro ambientais, 15 municípios uso racional da água; UGRH Caratinga- 23 municípios saneamento, 1 município recuperação app

UGRH Manhauçu – 16 municípios saneamento. No ES, região de Santa Maria e São José UGRH 9, 01 municípios saneamento, 02 municípios programa de convivência com a cheia.

Luciane informa que CBH, abriu edital e um dos critérios é o mapeamento de nascentes. Entregaram documentação e está sendo analisada.

Os critérios utilizados serão área de abastecimento, área sujeita a erosão (já estão definidos). Na bacia de Suaçuí, começa as ações com recurso da cobrança. Além dos estabelecidos, irão colocar alguns municípios atingidos: Galileia, Conselheiro Pena e Gov. Valadares. O Comitê também tem câmaras técnicas onde estão todos os atores (sociedade e órgãos governamentais) e todos os assuntos são discutidos. Está sendo discutido quais os municípios que se iniciarão os trabalhos.

Jair pergunta como foi pensado a implementação e a recuperação de nascentes e como o Instituto terra está fazendo. Luciane, diz que fizeram edital de chamamento e cada município indica onde querem começar.

Jair, diz que a experiência do cultivando água boa, os municípios assumiram essa questão de recuperação criando uma Política Municipal.

Luciane diz que discutiram com instituições locais, para que depois da eleição tenha pessoas capacitadas para dar continuidade.

Para 2016, vai ser implementado as 500 bacias. Para executar deve ter um outro passo, entre os comitês e atores locais. Recursos de cobrança não será repassado as Prefeituras.

Jair, informa que os municípios realizam o trabalho e depois é repassado o recurso isto após avaliação se o serviço foi realizado.

Marina –IEF, diz que tinham um convenio, forneciam material e a prefeitura dava o técnico para fazer os levantamentos.

Encaminhamentos: aguardar os encaminhamentos após a reunião do CBH para planejar as ações nos municípios.

Em seguida apresentação e discussão para aprovação do TR. Bediaga apresenta as informações sobre o fechamento do termo de referência, que será enviado a fundação para contratação de empresa para estabelecer onde será as áreas de plantio. Informa que já corrigiu os componentes da câmara técnica incluindo Prefeitura de Mariana e Prefeitura de gov. Valadares e que foram convidados Funai e ICMBIO para participar.

Pontos do TR que ficaram de ser aprovado: Escalonamento das áreas que serão restauradas/por ano.

Produto 1. Mapeamento dos mananciais alternativos na bacia do Rio Doce;

Produto 2. Cadastro das instituições (governamentais e não governamentais) que desenvolvem ações ou projetos de restauração florestal;

MMA pergunta por que a restrição de empresas que estão recuperando áreas também. Bediaga acata a sugestão de incluir instituições privadas no texto.

Produto 3. Mapeamento com representação de áreas prioritárias para recuperação, conforme parâmetros

específicos da bacia do Rio Doce, ouvidos os atores da região e validado pela CT-FLOR.

MMA, tem dúvida sobre os Modelos que já estão definidos, se nas oficinas poderá receber contribuições? Bediaga, diz que nas oficinas, devem ser observado, que se houver contribuição para os critérios devem ser dentro do escopo para definição das áreas prioritárias. Nas oficinas serão levados os resultados dos levantamentos secundários.

IEF diz que tem muitas informações mapeadas, antes do acidente, que podem contribuir para esses levantamentos.

Produto 4. Proposta técnica de escalonamento das áreas a serem recuperadas, com cronograma anual, conforme priorização identificada e os limites definidos na Cláusula 161 do TTAC.

Rodrigo, sugere que seja incluído a proporção de 3:1 sempre. Ex.100 de plantio e 300 de regeneração.

MMA diz que isso engessa a empresa que vai executar. Pode ser que se identifique áreas com baixa recuperação natural, sugere que seja incluído a palavra “preferencialmente”. Bediaga diz que serão dois mapas.

MMA diz que quando se fala regeneração natural não se fala só em solo e água, mas também em biodiversidade.

Bediaga, explica que os critérios serão discutidos/acolhidos nas oficinas. MMA pergunta sobre de onde sairão as sementes. Bediaga diz que isso está sendo cobrado por outros meios.

MMA diz que tem um programa de parceria com ES/UICN, que já tem definição de áreas prioritárias. Bediaga, diz que isso pode ser levado em consideração, e tem um espaço no final do TR para acrescentar essas referências.

Mariana IEF diz que o documento dos levantamentos nas 9 oficinas regionais, esses resultados estão sendo compiladas, e o documento ainda não está oficialmente publicado, mas está disponível no site do IEF.

MMA informa que estão fazendo modelagem para regeneração natural das bacias. Bediaga informa que o Instituto Biotlântica fez um trabalho desses para bacia do rio doce. Informa ainda que se o TR for aprovado hoje, será levado na próxima reunião do CIF e posteriormente encaminhado a Fundação. Para este ano já estão definidos os Critérios para execução.

MMA: temos que pensar nos prazos do prestador de serviços e dos prazos para quem analisa. Bediaga, diz que os prazos foram pensados com intervalo de um mês, que é das reuniões do CT-FLOR, mas que isso pode ser incluído, no TR, que o cronograma poderá ser alterado, mediante necessidade.

Rodrigo tem a preocupação com a questão de valores. Se a contratação do TR ficar muito caro, vai comprometer a execução. Bediaga diz que o TR foi pensado com critério mínimo, porém para ter um trabalho de qualidade.

Rodrigo e Jair, diz que já se deve ter uma prospecção de valor para ter uma ideia de quanto vai custar. Verificar no mercado empresas que já tenham feito esse trabalho e possa servir de referência.

Rodrigo diz que fez a conta de um milhão dividido pelos quarenta mil ha e o resultado foi de 27 mil e 500 reais por ha.

MMA pergunta se será apresentado a planilha de custo/por homem/hora. Sugestão de acrescentar cronograma físico/financeiro, detalhamento da memória de cálculo pela empresa escolhida.

IEF, pergunta se tem geoprocessamento. Bediaga responde que não.

Encaminhamento: Considerado aprovado o TR. A CT-Flor fará as modificações discutidas na reunião e enviará um e-mail as instituições. Terão um prazo de resposta de 3 dias, caso não seja respondido nesse tempo, será considerado aprovado.

Alberto faz considerações sobre a cláusula 158 que se refere a revegetar 800 ha. Essa medida não foi cumprida. Foi elaborada uma Nota Técnica nesse sentido, visto que houve uma notificação para cumprimento até o dia 1º de setembro. O Acordo prevê que quando for descumprida a clausula, deve-se encaminhar ao CIF para providencias.

Encaminhamento: Aprovada a Nota Técnica de descumprimento dos 800 ha.

Cronograma de reuniões da CT-FLOR. Bediaga informa das datas da próxima reunião:

Dia 27 de setembro em Barra Longa-MG; Dia 29/09 reunião entre as câmaras técnicas; Dia 26/10 em Governador Valadares-MG; Dia 24/11 em Colatina-ES ou Regência/ES; e Dia 13/12 em Belo Horizonte. A reunião foi encerrada as 17:05 hs com agradecimentos.